

Klabin diz que passado nega a possibilidade da recessão

O Brasil "não tem condição histórica de enfrentar uma recessão" e, por isso, a solução de seus problemas deve ser encontrada aqui mesmo, "com projetos práticos e conscientes", combatendo todas as formas de desperdício. "Não faz sentido que o Brasil construa dois metros, quando a Alemanha só consegue construir um. A taxa de desperdício sempre existe numa sociedade aberta, mas no Brasil ela está atingindo taxas inviáveis".

Israel Klabin, professor, industrial, empresário, ex-Prefeito do Rio de Janeiro e atual presidente do Banerj, considera este um dos momentos mais importantes da história do Brasil — o momento em que o povo vai votar para poder ter opinião, mas acha que as propostas até agora apresentadas, quer pela oposição quer pelo partido do Governo, esbarram nos mesmos erros: se preocupam com inflação, balanço de pagamentos, reforma tributária que, diz ele, são problemas solúveis num quadro planetário, mostram "uma visão restrita e exclusivamente paróquia do projeto brasileiro"; "um projeto a 50 anos é aquele que nos serve, já que as grandes reformas não poderão ser feitas em apenas uma geração".

"É lastimável que o processo de desenvolvimento brasileiro tenha sido obrigado a diminuir de velocidade; é lastimável que a poupança esteja indo para o sistema financeiro e não esteja sendo concentrada nos sistemas de produção e emprego. O Brasil deve fazer sacrifícios para manter o seu parque industrial, não fechar suas fábricas. O Brasil deve conscientizar-se de que não tem condição histórica de enfrentar uma recessão."

Para o professor Israel Klabin o Brasil reúne, hoje em dia, no quadro planetário em que se insere, todas as condições para, com um projeto de desenvolvimento a longo prazo — 50 anos, 20 anos — ocupar uma posição de parceiro das grandes potências de hoje — "o Brasil pode ser um sócio majoritário dos Estados Unidos", assegura ele.

Se uma proposta clara e definida para os próximos 10 anos for mantida, "nosso projeto de liberdade estará consolidado". E explica as diferenças que correm em benefício dos brasileiros: os norte-americanos têm seu projeto a curto prazo (já que a longo prazo eles já o completaram), enquanto os europeus só podem enfrentar um projeto a prazo curtíssimo (não têm mais como projetar-se).

Prioridades

Entre as prioridades que considera devam ser imediatamente encaradas, o professor Israel Klabin descarta soluções como a mexicana, ela seria pior do que dez vezes as consequências da derrota nas Malvinas que a Argentina está sofrendo. Em sua opinião, a política econômica brasileira, numa visão geral, está sendo conduzida com o acerto que as circunstâncias permitem — "nossos negociadores estão se comportando corretamente".

É, neste quadro, que aponta quatro prioridades:

1. Política externa. É inaceitável que a política externa brasileira seja monopólio do Itamarati. "Como o próprio nome indica, a política externa tem que ser dirigida por políticos. Não quer dizer que sejam necessariamente políticos elei-

tos, mas homens com visão política. Altos dignitários estrangeiros, como Brajezinski e Kissinger, em reuniões com autoridades brasileiras, ficam estarecidos com este monopólio do Itamarati. "E, pior ainda", em sua opinião, "é que não existe um instituto, um centro, um conselho de política externa para dialogar com o Itamarati".

2. Tratamento distinto para as quatro macro-regiões do país. É urgente a reorganização e a reordenação dessas áreas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre), onde existe sobreposição de poderes que atrapalham o progresso, dificultam ou inviabilizam a concretização de projetos. Os problemas se põem em outras regiões brasileiras, mas nestas quatro ele considera que atingem proporções gigantescas. Para apoiar sua tese de um planejamento reorganizativo, ele lembra a situação do Rio. "Não há razão para que se não façam eleições livres para prefeitos", mas há que estabelecer seus planos de prioridades. O Rio tem 16 municípios, 305 favelas, um terço da população do município vem de regiões carentes. Há, pois, que saber "como o dinheiro é gasto, para quê, por quem".

3. Reconceituação do modelo tributário brasileiro de forma que permita a cada cidadão consciência plena daquilo que ele ganha e daquilo que ele paga. Aqui, novamente, se faz sentir a importância do momento eleitoral que se aproxima, como forma de consolidação das liberdades cívicas e da necessidade que o eleitor tem de uma consciência clara do passo que está dando. "O povo tem o direito de cobrar." E cita, a respeito, um comentário de Santiago Dantas: "No Brasil, o povo é melhor que as elites. Em minha vida pública, tive oportunidade de confirmar isso."

4. Finalmente, "o Brasil deve colocar os pés na terra. São necessários projetos práticos e conscientes. E, que deles toda a nação tenha plena consciência e conhecimento. Que o povo saiba o que está acontecendo e o que está sendo feito para melhorar a sua vida."



Israel Klabin